



97.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança n. 0000547.2013.8.17.0000 (0294297-0) 10

Impetrante : GENIVAL GABRIEL DE LIMA
Advogado : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JÚNIOR
Impetrado : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
Relator : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

&

Agravo Regimental n. . 0000547.2013.8.17.0000 (0294297-0)

Agravante : ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA
Agravado : GENIVAL GABRIEL DE LIMA
Advogado : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JÚNIOR

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARE DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA. DIREITO HUMANO À DIGNIDADE E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. BOSENTANA (TRACLER). DEVER DO PODER PÚBLICO. IRRELEVÂNCIA DO FATO DE O MEDICAMENTO NÃO FIGURAR EM LISTA DO SUS. COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA DA MEDICAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. O feito encontra-se maduro e em condições de julgamento de mérito, restando prejudicado o agravo regimental, cujo objeto se refere ao deferimento da medida liminar decidido monocraticamente por esta relatoria - "Teoria da causa madura".

2. Comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário, o cidadão poderá, sim, buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

3. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

4. A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

5. Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente



98.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

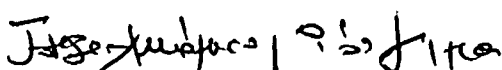
6. No que tange à arguição do impetrante da não comprovação de que a utilização do fármaco em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu o Sr. Genival Gabriel de Lima é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

7. Segurança concedida à unanimidade de votos. Agravo Regimental Prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança e do Agravo Regimental nº 0294297-0 em que figuram como impetrante Genival Gabriel de Lima e como impetrado o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público, à unanimidade de votos, em conceder a segurança e ter por prejudicado o agravo regimental nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança n. 0000547.2013.8.17.0000 (0294297-0)

Impetrante : GENIVAL GABRIEL DE LIMA
Advogado : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JÚNIOR
Impetrado : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
Relator : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

&

Agravo Regimental n. 0000345-64.2013.8.17.0000 (0292636-9/01)

Agravante : ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA
Agravado : GENIVAL GABRIEL DE LIMA
Advogado : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JÚNIOR

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

Vistos etc.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por Genival Gabriel de Lima em desfavor do Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, consistente na negativa de fornecimento do medicamento "BOSENTANA (TRACLER) 125mg", conforme prescrição médica circunstanciada de fls. 17/18.

Assevera o impetrante ser portador da patologia "Hipertensão Arterial Pulmonar Severa - CID I.27.0 e Insuficiência Cardíaca Grave Classe Funcional IV - CID I.50.0", com sinais de descompensação cardíaca e piora clínica, conforme laudo médico subscrito pela especialista Dra. Ângela M^a Pontes Bandeira - CRM 8093. Acresce que não apresentou resposta satisfatória ao uso de outros medicamentos, cf. fl. 17.

Aduz que obteve a negativa do fornecimento do fármaco por meio do Ofício nº 5220.1/2012, fls. 19/21. De acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Saúde, através da Nota Técnica GAJ/GGA/SES nº 1529/2012, a medicação supracitada não é fornecida pelo SUS.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

Deferido o pedido liminar (fls. 31/39) em ordem a determinar ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco que forneça à impetrante o medicamento "BOSENTANA (TRACLER) 125mg", nos termos da prescrição médica de fl. 18, sob pena de multa cominatória no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.

Interposto agravo regimental contra a decisão interlocutória de fls. 31/39 que concedeu a liminar pleiteada na exordial, cf. fls. 50/59.

O Estado de Pernambuco, por meio do Ofício n. 179/2013, prestou as devidas informações, cf. fls. 50/61, alegando, preliminarmente, a ausência de prova pré-constituída e a impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, aduz que: (i) o medicamento em tela não faz parte do elenco de nenhum programa do SUS; (ii) existe alternativa terapêutica disponível pelo SUS para a enfermidade da impetrante; (iii) o impetrante não comprovou a eficácia exclusiva do medicamento reclamado; (iv) em que pese a faculdade do Judiciário exercer o controle sobre atos praticados pela Administração Pública, não se pode olvidar a existência de limites para tanto, entre os quais se insere o reconhecido respeito à discricionariedade administrativa; (v) o direito à proteção da saúde é um direito social e, portanto, deve ser entendido e realizado no coletivo e não somente de modo individualizado.

O Ministério Público emitiu parecer no sentido da concessão definitiva da segurança, vide fls. 65/73.

É, no essencial, o relatório.

Peço a inclusão do feito na pauta de julgamento.

Recife, 15.08.2013


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO



99.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança n. 0000547.2013.8.17.0000 (0294297-0)

Impetrante : GENIVAL GABRIEL DE LIMA
Advogado : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JÚNIOR
Impetrado : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
Relator : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

&

Agravo Regimental n. . 0000547.2013.8.17.0000 (0294297-0)

Agravante : ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA
Agravado : GENIVAL GABRIEL DE LIMA
Advogado : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JÚNIOR

VOTO

Vistos e examinados etc.

De início, cumpre-se destacar que o feito encontra-se maduro e em condições de julgamento de mérito, restando prejudicado o agravo regimental, cujo objeto se refere ao deferimento da medida liminar decidido monocraticamente por esta relatoria - "Teoria da causa madura".

Conforme jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, quando a causa versar predominantemente sobre questões de direito e estiver suficientemente instruída, deve-se considerá-la madura para julgamento.

Neste diapasão, observe-se:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. ART. 515 DO CPC. TEORIA DA CAUSA MADURA. ACÓRDÃO RECORRIDO AFIRMA SUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO NESTA INSTÂNCIA. SÚMULA 7 DO STJ.

A Corte a quo afirmou que a causa estava madura para julgamento a partir de argumentos de natureza eminentemente fática, baseando-se no exame dos documentos e provas constantes dos autos. Nesse caso, não há como aferir eventual violação sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes



100

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

autos, o que é vedado nesta instância devido o óbice da súmula 7/STJ. Precedentes.

Agravo regimental improvido.

(STJ, AgRg no REsp 1.266.320/SC, rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 16.02.12).

Dessa forma, diante do julgamento da causa principal, deve-se tomar por prejudicado, em virtude da superveniente perda de interesse recursal, o agravo regimental de fls. 50/59 interposto pelo Estado de Pernambuco que trata de matéria idêntica àquela abordada nas informações legais.

Não encontra proteção a preliminar arguida pelo Estado de Pernambuco acerca da impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que, comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário, o cidadão poderá, sim, buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

O Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente acolhido o manejo da via mandamental para a garantia do fornecimento de medicamentos, sendo evidente que a prova documental, em casos que tais, centra-se na apreciação do laudo médico que prescreve o fármaco como adequado e necessário.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS/TRATAMENTO MÉDICO. SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE. LEGITIMIDADE PASSIVA PARA FIGURAR COMO AUTORIDADE COATORA. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Primeira Seção deste Tribunal Superior, no julgamento do RMS 38.746/RO, reconheceu a legitimidade do Secretário de Estado da Saúde do Estado de Rondônia para figurar no pólo passivo de mandado de segurança que vise ao fornecimento de medicamento ou à realização de procedimento médico.

2. No mesmo sentido, os seguintes precedentes: AgRg no RMS 39.979/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, Dje de 13.6.2013; AgRg no RMS 39.969/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, Dje de 12.6.2013; AgRg no RMS 40.320/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, Dje de 4.6.2013; AgRg no RMS 42.081/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, Dje de 20.5.2013; AgRg no RMS 39.842/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Dje de 13.5.2013; AgRg no RMS 40.485/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Dje de 17.4.2013; RMS 39.812/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, Dje de 25.2.2013.

3. Agravo regimental não provido.



101.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

(AgRg no RMS 38.745/RO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2013, Dje 01/07/2013)

A arguição da ausência de prova pré-constituída versa sobre o próprio mérito da demanda, razão pela qual deixo de analisá-la em sede de preliminar.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, Dje 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, não se pode admitir o descumprimento ilícito do repasse das verbas para a saúde como justificativa conveniente para o inadimplemento daquele dever Estatal. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, *v.g.*:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.



102.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adeque ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

103

eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação eqüitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse mesmo sentido.

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

Assim, o fornecimento gratuito de medicamentos pelo Estado é medida que se impõe, quando comprovada a necessidade da substância e a incapacidade econômica do paciente em adquiri-la. Afinal, trata-se de direito fundamental, constitucionalmente assegurado, conforme se verifica no seguinte aresto:



104

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

"O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isso por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional".¹

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, o impetrante postula o fornecimento da substância "BOSENTANA (TRACLER) 125 mg" para seu tratamento, segundo prescrição formulada por médico especialista.

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas

¹ STF. RE 607.381-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 31-5-2011, Primeira Turma, DJE de 17-6-2011.



105

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)

No que tange à arguição do impetrante da não comprovação de que a utilização do fármaco em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu o Sr. Genival Gabriel de Lima é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição. Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO, SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE. 181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea. 2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste. 3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e Injeção Intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios. 4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão. 5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

106.

moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)

Ante o exposto, voto pela CONCESSÃO DA SEGURANÇA, confirmando a liminar deferida em todos os seus judiciosos termos.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator